



ESTADO DE GOIÁS

LEI Nº 22.984, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a instituição da remuneração mensal dos membros do Conselho Deliberativo da GOIASPREV – CDG e do Conselho Fiscal da GOIASPREV – CFG, ambos da Goiás Previdência – GOIASPREV.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da [Constituição do Estado de Goiás](#), decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, na Goiás Previdência – GOIASPREV, a remuneração mensal dos membros do Conselho Deliberativo da GOIASPREV – CDG e do Conselho Fiscal da GOIASPREV – CFG.

Art. 2º A quantia mensal paga aos membros titulares ou aos suplentes convocados em substituição corresponderá aos seguintes percentuais do subsídio do Presidente da GOIASPREV:

I – 9% (nove por cento), para os membros do CDG; e

II – 7,5% (sete vírgula cinco por cento), para os membros do CFG.

§ 1º O pagamento dos valores fixados nos incisos do caput deste artigo fica condicionado à participação de no mínimo uma reunião ordinária mensal.

§ 2º As quantias referidas nos incisos do caput deste artigo serão acrescidas de 30% (trinta por cento) no caso de participação em reunião extraordinária, limitada a uma ocorrência mensal.

§ 3º Não será devido o pagamento cumulativo dos valores referentes à participação em reunião ordinária e reunião extraordinária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 12 de setembro de 2024; 136º da República.

RONALDO CAIADO
Governador do Estado

Este texto não substitui o publicado no D.O de 13/09/2024

Autor	Governador do Estado de Goiás
Legislação Relacionada	Constituição Estadual / 1989
Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Goiás Previdência - GOIASPREV Poder Legislativo
Categorias	Vencimentos Organização Administrativa